



Estado do Paraná

Exmo. Senhor

GILMAR LUIZ ARCARI

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

RECEBIDO
Data: 17/11/2000
Hora: 10h 58
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 06
VISTO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Os vereadores infra-assinados, **AGUSTINHO ROSSI-PDT**, **CARLINHO ANTONIO POLAZZO-PFL** e **NELSON BERTANI-PSDB**, proponentes do **Projeto de Lei nº 67/2000**, que institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme estabelece o artigo 130 do Regimento Interno, requerem aprovação do duto plenário desta Casa de Leis, para arquivar o referido projeto.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 17 de novembro de 2000.


Agustinho Rossi - PDT


Carlinho Antonio Polazzo - PFL


Nelson Bertani - PSDB



Estado do Paraná

RECEBIDO	
Data:	07/06/2000
Hora:	11hs - 12hs
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

C. Mun. de P. Bco.	
Fls. N.º	05
VISTO	

Câmara Municipal de Pato Branco

Exmo. Sr.

GILMAR LUIZ ARCARI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra assinados, Agustinho Rossi-PDT, Carlinho Antonio Polazzo-PFL E Nelson Bertani-PSDB, no uso de suas prerrogativas regimentais e com fundamento no art. 14, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, apresentaM para a apreciação do douto plenário desta Casa de Leis e solicitam o apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 67/2000

SÚMULA: Institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial e dá outras providências.

I – DAS FINALIDADES E DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial, destinado a execução de programas de financiamento a mini e pequenos agricultores do Município, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Rural – PDR.

Art. 2º - O Plano de Desenvolvimento Rural, tem a finalidade de:

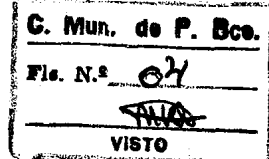
- I – diagnosticar as potencialidades do Município;
- II – definir prioridades e necessidades do setor rural;
- III – estabelecer procedimentos e deflagrar ações indispensáveis ao desenvolvimento auto-sustentado do setor agropecuário segundo suas potencialidades.

Art. 3º - Respeitadas as disposições do Plano de Desenvolvimento Rural, serão observadas as seguintes diretrizes na formulação do Programa de Financiamento:

- I – concessão de financiamento exclusivamente aos setores produtivos do município;
- II – tratamento preferencial às atividades produtivas de micro e pequenos empreendimentos municipais, especialmente à produção agrícola através de produtores que vivem em regime de economia familiar;



Estado do Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

- III – conjugação do crédito com a assistência técnica especializada para cada projeto;
- IV – elaboração de orçamento anual para as aplicações de recursos;
- V – apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos do município, que estimulem a redução das disparidades regionais de renda;
- VI – preservação do meio ambiente.

II – DAS MODALIDADES

Art. 4º - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial se destina:

I – a cobertura de operações de crédito garantidas pela concessão de aval junto a instituições financeiras e/ou cooperativas de crédito, com agências em Pato Branco, procedidas pelos beneficiários;

II – a realização de operações de crédito no sistema rotativo por meio de equivalência produto/cereais e ou moeda corrente junto a instituições financeiras e/ou cooperativas de crédito, com agência no Município;

III – ao fomento de atividades produtivas de micro e pequeno porte, visando a geração de empregos e o aumento de renda para trabalhadores e produtores;

IV – ao apoio à criação de novos centros, atividades e pólos de desenvolvimento do município que estimulem a redução das disparidades regionais de renda;

V – ao incentivo à dinamização e diversificação de atividades econômicas;

VI – aos treinamentos e capacitação de produtores, no sentido de aprimorar suas aptidões, oferecendo-lhes novas tecnologias relativas ao processo produtivo;

VII – ao pagamento de débitos avalizados na forma desta Lei, não honrados pelos tomadores.

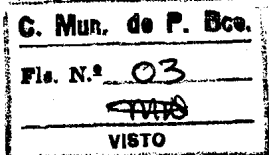
Parágrafo único. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial poderá utilizar até 3% (três por cento) do valor do projeto, para elaboração de projetos técnicos, financeiros, organizacionais, administrativos e de capacitação gerencial, objetivando sempre a garantia dos objetivos do programa.

III – DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 5º - São beneficiários da concessão de aval pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial os produtores que desenvolvam atividades produtivas no setor agropecuário, que:



Estado do Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

- I – residam no Município de Pato Branco;
- II – sejam proprietários ou arrendatários com contrato registrado, de imóvel que possua no máximo 50,0 ha;
- III – possuam bloco de produtor rural e que tenham destacado nota na safra agrícola, no ano anterior ao benefício.

IV – DOS RECURSOS E APLICAÇÕES

Art. 6º - Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial:

I – receitas orçamentárias da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na ordem de 5% (cinco por cento) do total financiado;

II – 5% (cinco por cento) do total dos recursos obtidos pelos produtores rurais, através de financiamento;

III – quaisquer doações de entidades públicas e privadas que desejem participar de programas de redução de disparidades sociais;

IV – rendimento gerado por aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – retorno dos financiamentos avalizados e pagos pelo Fundo;

VI – receitas oriundas de restituição de incentivos aos agricultores do município;

VII – contribuição efetuada pelo beneficiário do Fundo, conforme regimento interno.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter no mercado de aplicações financeiras, valores equivalentes ao montante avalizado, podendo utilizar estes recursos para complementar a cobertura das obrigações assumidas pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial.

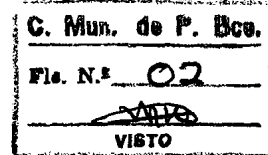
V – DOS LIMITES, PRAZOS, GARANTIAS E ENCARGOS FINANCEIROS

Art. 8º - O Município estabelecerá anualmente, até o dia 31 de maio de cada exercício financeiro, o limite de responsabilidades que o Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial assumir para a garantia dos contratos financiados pelo programa, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, cabendo a este, também anualmente, fixar as diretrizes do referido Fundo.

Parágrafo único. O descumprimento do caput deste artigo importará na renovação do limite estabelecido para o exercício anterior.



Estado do Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

Art. 9º - Os prazos para pagamento dos financiamentos avalizados serão fixados por ocasião da análise do projeto, em função do seu tempo de execução e da capacidade de pagamento do empreendimento e dos beneficiários, observando-se os seguintes prazos máximos:

I – investimento agro-industrial, conforme linhas de cada programa, até 08 (oito) anos;

II – outras operações, conforme estabelecido em contrato para a finalidade.

Art. 10 – Os financiamentos avalizados pelos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial estão sujeitos ao pagamento de juros, conforme política do Governo para cada caso.

Art. 11 – Os encargos financeiros para os casos de inadimplemento obedecerão aos critérios legalmente admitidos.

VI – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12 – Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

I – estabelecer prioridades de aplicação dos recursos, nos termos desta Lei;

II – analisar e enquadrar os projetos no Plano de Desenvolvimento Rural – PDR;

III – acompanhar e avaliar os projetos, objetivando comprovar a geração de emprego pré-determinado;

IV – avaliar os resultados obtidos;

V – fiscalizar os objetivos, garantindo a correta utilização dos recursos avalizados;

VI – movimentar a conta de depósito do Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial, bem como, a concessão de aval, nos termos desta Lei;

VII – elaborar o seu regimento interno;

VIII – aprovar os balancetes mensais e os balanços anuais do Fundo, bem como, fiscalizar a execução orçamentária e a aplicação dos recursos;

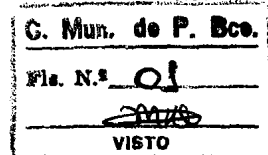
IX – prestar contas ao Executivo com a apresentação dos balancetes e balanços financeiros anuais.

VIII – DO CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13 – O Fundo terá contabilidade própria, registrando nela todos os atos e fatos a ele referentes, inclusive os balancetes mensais e balanços anuais.



Estado do Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural fará publicar, no diário oficial do Município, os balanços anuais do Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial.

IX – DA DISSOLUÇÃO DO FUNDO

Art. 14 – O Município, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, poderá decretar, por quaisquer motivos, a dissolução do Fundo, cessando todas as suas atividades.

Art. 15 – Decretada a dissolução do Fundo, este somente estará definitivamente extinto quando houver a quitação geral de suas obrigações, junto a quaisquer instituições financeiras.

Art. 16 – O saldo apurado em contas correntes do Fundo terá sua destinação decidida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que se encarregará de fixar os créditos para a devolução dos recursos entre os participantes.

X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 – É facultativa a opção dos contemplados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial, a adesão a seguro agrícola e de pessoa física, em função dos financiamentos avalizados pelo referido Fundo.

Art. 18 – A liberação dos recursos através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário Agro-industrial, fica vinculado a apresentação pelo beneficiário de avalista.

Art. 19 – Os objetivos consignados nesta Lei, destinam-se exclusivamente a garantia de financiamento oriundo do Pronaf especial.

Art. 20 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 07 de junho de 2000.

Agustinho Rossi-PDT

Carlinho Antonio Polazzo-PFL

Nelson Bertani-PSDB